

Proudhon – Sociedade Sem Autoridade

Tradutor – Rafael Hotz

Sobre o Texto:

Essa tradução consiste na primeira parte do Capítulo 7 do livro "*Idéia Geral da Revolução no Século XIX*".

Sétimo Estudo – Absorção do Governo no Organismo Econômico

1. Sociedade sem Autoridade

Dados:

O Homem, A Família, **Sociedade**.

Um indivíduo, ser social e sexual, dotado com a razão, amor e consciência, capaz de aprender com a experiência, de se aperfeiçoar através da reflexão e de ganhar sua vida através do trabalho.

O problema é como organizar os poderes desse ser, de forma que ele continue sempre em paz consigo mesmo e possa extrair da natureza aquilo que lhe foi dado, o maior bem-estar possível.

Sabemos como gerações passadas resolveram o problema.

Elas tomaram emprestado da Família o segundo componente da humanidade, o princípio o qual lhe é peculiar, **Autoridade**, e através do uso arbitrário desse princípio, construíram um sistema artificial, que varia de acordo com os períodos e climas, e que vem sendo considerado como ordem natural e necessário para a mesma.

Esse sistema, o qual pode ser chamado de sistema da ordem através da autoridade, foi primeiramente dividido em autoridade espiritual e temporal.

Após um curto período no qual preponderou, e longos séculos de luta para manter sua supremacia, o sacerdotalismo parece ao menos ter perdido a luta para o poder temporal: o Papado, com todos seus soldados, que os Jesuítas e obreiros [*1] companheiros de hoje em dia iriam restaurar, foi subjugado e colocado num plano inferior a assuntos de interesse meramente humano.

Após dois anos o poder espiritual esteve novamente em condições de tomar supremacia. Ele formou uma coalizão com o poder secular contra a Revolução, e barganha com aquele em pé de igualdade. Ambos acabaram reconhecendo que suas diferenças brotaram de um desentendimento; que seu objetivo, seus princípios, seus métodos, seus dogmas, ao serem absolutamente idênticos, deveriam compartilhar o Governo; ou, ao invés, deveriam se considerar um a realização do outro, e deveriam formar através de sua união uma única e indivisível Autoridade.

Essa então seria a conclusão a qual Igreja e Estado teriam talvez atingido, se as leis do progresso da Humanidade tornassem tais reconciliações possíveis; se a Revolução já não tivesse se mostrado inevitável.

Contudo, é desejável, para convencer a mente a emparelhar as idéias fundamentais do, por um lado, sistema político-religioso (a Filosofia, que por tanto tempo traçou uma linha entre o espiritual e o temporal, não deveria mais reconhecer distinção entre eles); e, por outro, o sistema econômico.

O Governo, ou seja, Igreja e Estado unidos indivisivelmente, tem como seus dogmas:

1. A perversidade original da natureza humana;
2. A inevitável desigualdade de fortunas;
3. A permanência de disputas e guerras;
4. A irremediabilidade da pobreza.

De onde se deduz:

1. A necessidade de governo, obediência, resignação, e de fé.

Admitidos esses princípios, como ainda o são, quase universalmente, as formas de autoridade estão quase postuladas. Elas consistem em:

1. Na divisão das pessoas em classes ou castas, subordinadas umas as outras; graduadas para formar uma pirâmide, ao topo da qual aparece, assim como a Divindade sobre seu altar, como o rei em seu trono, a **Autoridade**;
2. Centralização administrativa;

3. Hierarquia judicial;
4. Polícia;
5. Devoção.

Somando-se ao que temos acima, nos países onde o princípio democrático se tornou preponderante:

1. Separação de poderes;
2. Intervenção do Povo no Governo, votando em seus representantes;
3. Variedades incontáveis de sistemas eleitorais, desde a Convocação por Estados, que prevaleceu na Idade Média, até o sufrágio direto e universal;
4. A dualidade das câmaras legislativas;
5. Votação de leis, e consentimento a impostos por parte dos representantes da nação;
6. A lei da maioria

Basicamente é esse o plano para a construção do Poder, independentemente das modificações que cada uma de suas partes componentes possa receber; assim, por exemplo, o Poder central, pode por sua vez ser monárquico, aristocrático ou democrático; que antes fornecia homens públicos com um potencial de classificação, de acordo com seu caráter superficial.

Será observado que o sistema governamental tende a se tornar cada vez mais e mais complicado sem se tornar por causa disso mais eficiente ou mais moral, e sem oferecer nenhuma garantia adicional à pessoa ou propriedade. Essa complicação brota primeiramente da legislação, a qual é sempre incompleta e insuficiente; em segundo lugar, da multiplicidade de funcionários; mas, acima de tudo, do compromisso entre dois elementos antagônicos, a iniciativa executiva e o consentimento popular. Coube a nossa época estabelecer sem

erros que essa negociação, a qual o passar dos séculos torna inevitável, é a medida certa da corrupção, da decadência, e da dissolução da Autoridade que se aproxima.

Qual é o objetivo dessa organização?

Manter a ordem na sociedade, consagrando e observando a obediência do cidadão ao Estado, a subordinação do pobre ao rico, da pessoa comum à classe superior, do trabalhador ao desocupado, do laico ao padre, do empresário ao soldado.

Até onde a memória da humanidade chega, ela se percebe tendo sido organizada sob o sistema acima, que constitui a ordem política, eclesiástica ou governamental. Todo esforço para dar ao Poder uma aparência mais liberal, tolerante, social, falhou invariavelmente; tais esforços foram ainda mais em vão quando tentaram dar ao Povo uma parcela maior do Governo; como se as palavras, Soberania e Povo, as quais tentavam acorrentar, fossem tão naturalmente antagônicas quanto essas outras duas Liberdade e Despotismo.

A humanidade teve que viver, e a civilização se desenvolver, ao longo de seis mil anos, sob esse sistema inexorável, cujo primeiro termo é Desesperança e o último Morte. Que poder secreto o vem sustentando? Que força o permite sobreviver? Que princípios, que idéias, renovaram o sangue que jorrou sob a adaga da autoridade, eclesiástica e secular?

Tal mistério está agora explicado.

Em meio à máquina governamental, sob a sombra das instituições políticas, fora da vista dos homens de Estado e padres, a sociedade está produzindo seu

próprio organismo, vagarosa e silenciosamente; e construindo uma nova ordem, a expressão de sua vitalidade e autonomia, e a negação da antiga política, bem como da antiga religião.

Essa organização, que é essencial a sociedade da mesma forma que é incompatível com o atual sistema, tem os seguintes princípios:

1. O aprimoramento indefinido do indivíduo e da raça;
2. A honorabilidade do trabalho;
3. A igualdade de fortunas;
4. A identidade de interesses;
5. O fim dos antagonismos;
6. A universalidade do conforto;
7. A soberania da razão;
8. A absoluta liberdade do homem e do cidadão.

Eu menciono agora suas principais formas de atividade:

1. Divisão do trabalho, através da qual a classificação das pessoas por **profissão** substitui a classificação por *castas*;
2. Poder coletivo, o princípio das **associações de trabalhadores**, no lugar dos exércitos;
3. Comércio, a forma concerta de **contrato**, que tomará o lugar da *Lei*;
4. Igualdade na troca;
5. Competição;
6. Crédito, que depende dos **interesses**, da mesma forma que a hierarquia governamental depende da *Obediência*;
7. O equilíbrio de valores e propriedades.

O antigo sistema, pautado na Autoridade e na Fé, era baseado essencialmente no *Direito Divino*. O princípio da soberania do Povo, introduzido posteriormente, não mudou sua natureza; e é um erro hoje em dia, na luz das conclusões da ciência, manter uma distinção que não toca princípios básicos, entre a monarquia absoluta e a constitucional, ou entre a última e a república democrática. A soberania do Povo foi, diria eu, durante um século, nada mais que uma linha de combate para a liberdade. Ou foi um erro, ou foi esquema inteligente de nossos pais desenhar o povo soberano a imagem do homem-rei: assim que a Revolução se passe a ser melhor compreendida, essa mitologia sumirá, todos os traços de desaparecerão, e seguirão o próprio princípio do governo em direção a dissolução.

O novo sistema, baseado na prática espontânea da indústria, de acordo com a razão social e individual, é o sistema dos *Direitos Humanos*. Oposto ao comando arbitrário, essencialmente objetivo, ele não tolera nem partidos nem seitas; ele é completo em si mesmo, e não permite nem restrição nem separação.

Não há fusão possível entre os sistemas políticos e econômicos, entre o sistema das leis e o sistema dos contratos; um deles deve ser escolhido. Um touro, enquanto um touro, não pode ser uma águia, nem um morcego ser ao mesmo tempo uma lesma. Da mesma forma, enquanto a Sociedade mantenha o mais tênue grau de forma política, ela não se pode organizar de acordo com a lei econômica. Como harmonizar a iniciativa local e a preponderância de uma autoridade central, ou o sufrágio universal com a hierarquia dos oficiais; o princípio de que ninguém deve obediência a uma lei a qual não ele próprio consentiu, com o direito das maiorias?

Se um escritor que compreendesse essas contradições tentasse reconcilia-las, isto faria dele não um pensador ousado, mas sim um miserável charlatão.

Essa incompatibilidade absoluta dos dois sistemas, tão frequentemente provada, ainda não convence escritores que, enquanto admitem os perigos da autoridade, acabam, no entanto, a aderindo como a única forma de manter a ordem, e não enxergam nada além dela exceto desolação. Assim como o doente na peça, que é instruído a primeiramente é dispensar seus médicos, se ele quiser ficar saudável, eles persistem em questionar como pode um homem ficar bem sem um médico, ou uma sociedade sem governo. Eles farão o governo tão republicano, tão benevolente, tão igual quanto possível; eles manterão todas as garantias possíveis contra ele; eles irão diminuí-lo, quase ataca-lo, em favor da realeza dos cidadãos. Eles nos dizem: Vocês são o governo! Vocês devem se governar, sem presidentes, sem deputados, sem representantes. Mas para viver sem governo, abolir toda autoridade, instaurar a pura *anarquia*, parece a eles ridículo e inconcebível, uma conspiração contra a República e contra a nação. O que essas pessoas que falam sobre abolir o governo irão colocar em seu lugar? Essa é sua pergunta.

Não temos dificuldades em responder.

É a organização industrial que colocaremos no lugar do governo, como já mostramos.

No lugar das leis, colocaremos contratos. – Não mais leis votadas por uma maioria, nem mesmo unanimemente; cada cidadão, cada cidade, cada sindicato fará suas próprias leis.

Ao invés de poderes políticos, colocaremos forças econômicas.

No lugar das antigas classes de nobres, burgueses e camponeses, ou de homens de negócio e trabalhadores, colocaremos títulos gerais e departamentos especiais da indústria: Agricultura, Manufatura, Comércio, etc.

No lugar do poder público, colocaremos a força coletiva.

Ao invés de polícia, colocaremos identidade de interesses.

No lugar de centralização política, colocaremos centralização econômica [*2].

Vêm agora como pode haver ordem sem funcionários, uma unidade intelectual profunda e completa?

Vocês, que não conseguem conceber unidade sem todo um aparato de legisladores, promotores, advogados-gerais, alfândegas, policiais, vocês nunca souberam o que é unidade! O que vocês chamam de unidade e centralização não é nada senão caos perpétuo, servindo como base para uma tirania sem fim; é o avanço da condição caótica das forças sociais como um argumento para o despotismo – um despotismo que na realidade é a causa do caos.

Bem, por nós, deixe-nos perguntar, que necessidade temos nós de governo quando fizemos um acordo? O Banco Nacional e suas várias filiais não garantem centralização e unidade? O acordo entre fazendeiros para compensação, marketing, e reembolso das propriedades rurais não cria unidade? Partindo de outro ponto de vista, as associações industriais para dar cabo de indústrias de larga escala não criam unidade? E a constituição do valor, o contrato dos contratos, como a chamamos, não é senão a mais perfeita e indissolúvel unidade?

E se devemos mostrar um exemplo em nossa própria história para convencê-los, aquele belo monumento da Convenção, o sistema de pesos e medidas, não forma, já há cinquenta anos, a pedra mestra de que a unidade econômica está destinada a substituir a unidade política?

Nunca perguntem novamente o que colocaremos no lugar do governo, nem o que será da sociedade sem governo, pois eu lhes asseguro que no futuro será muito mais fácil conceber uma sociedade sem governo do que uma com governo.

A sociedade, neste momento, é como a borboleta fora do casulo, que balança suas asas douradas na luz do sol antes de alçar vôo. Diga a ela para voltar para a cobertura de seda, se esquivar das flores e se esconder da luz!

Mas a revolução não é feita com formulas. O preconceito deve ser atacado em sua fundação, deposto, triturado até pó, seus efeitos danosos explicados, sua natureza ridícula e odiosa revelada. A humanidade acredita apenas em seus próprios testes, contente se esses testes não confundem suas cabeças e sugam seu sangue. Deixe-nos tentar então através de críticas claras tornar o teste do governo conclusivo, e a absurdidade da instituição irá afetar todas as mentes, e a Anarquia, temida como uma calamidade, será aceita como um benefício.

Notas do Tradutor:

[*1] "Lay brothers" na versão em inglês.

[*2] Para o leitor pode parecer estranho o termo "centralização econômica" saindo da boca de Proudhon. Na verdade, na opinião desse tradutor, ele

entende por “centralização econômica” uma organização federativa, de livre contrato, que vai se centralizando de baixo para cima, e não uma organização de tipo estatal. Ou, nas palavras do próprio Proudhon no capítulo 5:

“Para que eu permaneça livre; para que eu não tenha que me submeter a lei qualquer exceto a minha própria, e para que eu me governe, a autoridade do sufrágio deve ser renunciada: devemos desistir do voto, assim como da representação e da monarquia. Numa palavra, tudo no governo da sociedade que se baseia no divino deve ser suprimido, e o todo reconstruído sob a idéia humana do **contrato**.

Quando eu concordo com um ou mais dos meus companheiros cidadãos em qualquer coisa, está claro que minha vontade própria é minha lei; sou eu mesmo, o qual, ao cumprir minha obrigação, sou meu próprio governo.

Logo eu poderia firmar um contrato com todos, da mesma forma que eu poderia firmar com apenas alguns; se todos pudessem renová-lo entre si mesmos, se cada grupo de cidadãos, como uma cidade, distrito, província, corporação, companhia, etc., formados por um contrato semelhante e considerados uma pessoa moral, pudessem então, e sempre por um contrato similar, concordarem com todos os demais grupos, seria como se minha própria vontade tivesse sido multiplicada ao infinito. Eu teria certeza que a lei assim feita em todas as questões na República, a partir de milhões de diferentes iniciativas, não seria nada senão minha própria lei; e se essa nova ordem de coisas fosse chamada de governo, seria meu governo.

Assim o princípio do contrato, muito mais do que aquele da autoridade, levaria à união dos produtores, centralizaria suas forças, e garantiria a unidade e a solidariedade de seus interesses.”